Assembleia da República
Gabinete do Presidente
N.º de Entrada 271768
Classificação
05/09/02/ / /
Data
08/07/21

PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Expeça-se
Publique-se
221 7 /2008
Q Secretário da Mesa
MCorreia

☐ **REQUERIMENTO** **Número** _____ / x (___ ª)

☒ **PERGUNTA** **Número** 2349 / x (3 ª)

Assunto: **Recurso a trabalhadores desempregados de Programas Ocupacionais (POC) para desempenho de funções permanentes no Centro de Saúde da Covilhã**

Por determinação de SEXPAR, à Sra. Secretária da Mesa
08.07.22

Destinatário: **Ministério da Saúde**

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República

De acordo com informações obtidas por este Grupo Parlamentar, verifica-se no Centro de Saúde da Covilhã uma situação preocupante do ponto de vista dos cuidados de saúde prestados por aquela unidade e, simultaneamente, inaceitável do ponto de vista laboral e do funcionamento dos serviços públicos.

As informações que nos foram transmitidas dão conta da situação de grande carência de pessoal no Centro de Saúde da Covilhã. Esta situação só não provoca a ruptura no funcionamento daquela unidade porque foram ali colocados 27 trabalhadores desempregados de Programas Ocupacionais a desempenhar funções que correspondem a necessidades permanentes do serviço.

Como é sabido, as necessidades permanentes dos serviços devem ser satisfeitas por trabalhadores com vínculos laborais permanentes. A lei impede claramente que os trabalhadores desempregados dos Programas Ocupacionais substituam trabalhadores permanentes no desempenho dessas funções.

A situação vivida no Centro de Saúde da Covilhã é mais um dos muitos exemplos que se podem encontrar por todo o País das políticas que têm sido seguidas por este Governo do PS. O Governo não só não dota os serviços de saúde dos meios humanos necessários ao seu funcionamento como ainda promove a precarização dos trabalhadores, cometendo ilegalidades.

A estabilidade do emprego e o respeito pelos direitos dos trabalhadores são condições fundamentais para o bom funcionamento da administração pública e para a qualidade dos serviços prestados à população. Exige-se por isso que a situação do Centro de Saúde da Covilhã seja rapidamente corrigida, não só respeitando os direitos dos trabalhadores dessa unidade mas garantindo igualmente as condições necessárias para que a mesma possa garantir prestação de

cuidados de saúde com qualidade à população do Concelho.

Assim, e ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, venho perguntar através de V. Exa., ***à Senhora Ministra da Saúde****, o seguinte:*

1. Qual o quadro de pessoal do Centro de Saúde da Covilhã e em que medida se encontra preenchido?
2. Quantos trabalhadores desempenham actualmente funções no Centro de Saúde da Covilhã e quais os seus vínculos laborais?
3. Quantos trabalhadores desempregados dos Programas Ocupacionais desempenham actualmente funções no Centro de Saúde da Covilhã?
4. Há ou não perspectivas futuras de reforço dos meios humanos no Centro de Saúde da Covilhã, nomeadamente no que respeita à contratação ou colocação de novos funcionários? Se sim, quais são e para quando está previsto esse reforço?

Palácio de S. Bento, 21 de Julho de 2008

O Deputado,

João Oliveira